



**“Um museu de grandes novidades”: biopolítica, biopoder, colonialismo e necropolítica bolsonarista de 2018 à 2022.**

***“A MUSEUM OF GREAT NEWS”: biopolitics, biopower, colonialism and Bolsonaroist necropolitics from 2018 to 2022.***

---

**Antonio Manoel Elíbio Junior**

<https://orcid.org/0000-0001-6616-6730>

Professor Adjunto IV do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba. Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas.

<http://lattes.cnpq.br/7720377458863560>

[tonyelibio@hotmail.com](mailto:tonyelibio@hotmail.com)

**Paulo Victor da Silva Carneiro**

<https://orcid.org/0009-0001-7007-1408>

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba.

<http://lattes.cnpq.br/2282833623448906>

[paulovictor.ppgdh@gmail.com](mailto:paulovictor.ppgdh@gmail.com)

## Resumo

Esse artigo tem como objetivo analisar o avanço da extrema direita bolsonarista no Brasil, tendo como conjuntura o golpe de estado sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, quando uma série de conquistas sociais que avançava desde 2003, foram postas em xeque. Após ataques à classe trabalhadora, como a Lei 13467, conhecida como reforma trabalhista, que tolheu em grande parte direitos do trabalhador; e a Emenda Constitucional 95, que limitou por 20 anos os gastos públicos, beneficiando o empresariado e ferindo diretamente a qualidade do serviço público brasileiro; o caminho para a extrema-direita estava sendo pavimentado. Dois anos depois, a eleição de Jair Bolsonaro veio cancelar o início de um período de fortes ataques às liberdades, próprias de um projeto de governo fascista.

## Palavras-chave

Fascismo. Necropolítica. Bolsonarismo.

## “A MUSEUM OF GREAT NEWS”: biopolitics, biopower, colonialism and Bolsonarist necropolitics from 2018 to 2022

## Abstract

This article aims to analyze the advance of the Bolsonarist extreme right in Brazil, taking into account the coup d'état suffered by Dilma Rousseff in 2016, when a series of social achievements that had advanced since 2003 were called into question. After attacks on the working class, such as Law 13467, known as labor reform, which largely curtailed workers' rights; and Constitutional Amendment 95, which limited public spending for 20 years, benefiting the business community and directly harming the quality of Brazilian public service; the path to the far right was being paved. Two years later, the election of Jair Bolsonaro marked the beginning of a period of strong attacks on freedoms, typical of a fascist government project.

## Keywords

Fascism. Necropolitics. Bolsonarism.

### 1. Introdução

A partir do golpe de estado sofrido por Dilma Rousseff, em 2016, uma série de conquistas sociais que avançava desde 2003 foram postas em xeque. Após ataques à classe trabalhadora, como a Lei 13467, conhecida como reforma trabalhista, que tolheu em grande parte direitos do trabalhador; e a Emenda Constitucional 95, que limitou por 20 anos os gastos públicos, beneficiando o empresariado e ferindo diretamente a qualidade do serviço público brasileiro; o caminho para a extrema-direita estava sendo pavimentado. Dois anos depois, a eleição de Jair Bolsonaro veio



chancelar o início de um período de fortes ataques às liberdades, próprias de um projeto de governo fascista.

O projeto fascista que ascendeu ao poder em 2018 trouxe consigo políticas, sejam elas positivadas em lei ou incentivadas através do discurso, que em um passado ainda muito recente pareceriam impossíveis. Cotidianamente o chefe de estado brasileiro proferia frases dignas de uma série distópica de um streaming qualquer. Ao definir a expressão máxima de soberania, Achille Mbembe (2018, p. 5) “o poder e a capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”, e dentre os anos de 2018 e 2022, o Brasil escolheu as vidas que não importavam: negros, mulheres, LGBTQIAP+, indígenas e todas as chamadas “minorias”.

Outro conceito que dialoga diretamente com essa fase da história brasileira é o de Biopolítica, de Foucault (2015), onde ele traz que a biopolítica é uma manifestação de poder onde os mecanismos da vida humana biológica são incluídos na gestão política do Estado, passando a ser administrados e gerenciados. Ao longo deste estudo algumas notícias serão utilizadas, exemplificando como o Estado brasileiro destinou atenção e recursos, assim como deixou de fazê-lo, com base em pensamentos biologizantes completamente ultrapassados.

A ode ao falo, à branquitude, ao hétero e cristão foi uma tônica de campanha e de governo. Deus, mas só o cristianismo; Pátria, mas só a de raiz europeia; Família, mas só a forjada na heteronormatividade; e Liberdade, mas a de dizimar o diferente. Este lema, que norteou a campanha fascista de Bolsonaro, não coincidentemente é praticamente uma cópia do lema da Ação Integralista Brasileira, que foi a maior organização política fascista extra europeia no início do século XX, segundo Trindade (1974 *apud* NETO, 2022).

Nesse sentido, o presente estudo tem por objetivo geral analisar, através de uma perspectiva decolonial, e discutir conceitos como a necropolítica, de Mbembe (2018); biopolítica e biopoder (2015), de Foucault; dentre outros, com a política discursada e implementada pelo governo de Bolsonaro, de 2018 a 2022, de maneira a deixar, de maneira mais clara possível, como o aparato estatal, no período mencionado, fez os conceitos mencionados emergirem ao plano da materialidade através de discursos oficiais, leis, ações e omissões. Um verdadeiro museu de grandes novidades, Cazuza (1988).

Desse modo, tal estudo possui como delineamento metodológico a pesquisa bibliográfica, trazendo à baila discussões sobre como os conceitos -mbembianos e foucaultianos mais acentuadamente-abordados se relacionam, direta ou indiretamente, com atos específicos do estado brasileiro nos últimos quatro anos. A dialética será utilizada no processo de estruturação das ideias do texto, possibilitando - em certa medida - um exercício de reflexão epistemológica sobre o tema, explicitando as contradições existentes em suas dinâmicas.

## 2. *Colonialismo: uma breve análise sobre as origens do vira-latismo bolsonarista*

Não há como deparar-se com falas e políticas do governo passado e não relacioná-las ao colonialismo. Na América Latina, onde os modelos sociais hegemônicos são majoritariamente herdados da cultura europeia e estadunidense, não é raro que se reproduza um discurso de colonizado,



pois ele nos forjou como seres pensantes e mesmo que involuntariamente, o reproduzimos. Essa colonialidade, que abrange nossa existência nos seus mais variados âmbitos, pode ser chamada de colonialidade do ser, Maldonado-Torres (2007).

Sobre como o colonialismo sobrevive de maneira extremamente forte em nossa sociedade, Antônio Bispo dos Santos (2015):

Ao frequentarmos um culto em um templo cristão monoteísta (um jurado em um fórum da justiça comum), podemos verificar todos os fiéis(cidadãos) postados verticalmente de frente ao altar (Tribuna do Júri), onde um pregador (Juiz) que possui status para falar em nome de Deus (da Justiça) fala das normas estáticas escritas na Bíblia (Código Legal), cobrados fiéis (cidadãos) comportamentos e ações voltadas para a vontade de Deus (Justiça), avisa que Deus (Justiça) punirá os desobedientes e por fim anuncia as possíveis sentenças. Porém em nome de Deus (Justiça) abre oportunidades para que os pecadores (réus) recorram aos santos(advogados) e, através de doações generosas (honorários), interfiram perante Deus (Justiça) pela a sua salvação (absolvição).

De fato, fugir do discurso colonizador é uma tarefa ingrata, por vezes quase impossível. Mas, no caso em que estamos a analisar, não havia por parte do antigo presidente da república a mínima pretensão de atenuar esse atravessamento. Pelo contrário, vender o Brasil para o mundo como um vassalo dos EUA, como um antro do conservadorismo, era uma tática eleitoral. Se Catherine Walsh (2013) traz que a decolonização deve ser uma (des)aprendizagem de tudo que foi imposto e assumido pela colonização, Bolsonaro propunha o exato oposto.

Em tempo, Paim e Araújo (2018) contribuem de maneira importante para este debate quando abordam a urgência do estudo de questões relevantes, tais como patrimônio, memórias, histórias e culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras, destacando como os documentos oficiais e boa parte dos livros didáticos têm historicamente negligenciado estes temas. Trazem, ainda, preocupação com a crescente “onda” conservadora na política e sociedade brasileira, o que dificulta ainda mais a valorização daquelas que eles brilhantemente nomearam de memórias e histórias outras.

Nesse sentido, o colonialismo bolsonarista gera consequências drásticas, pois no momento em que o líder máximo do estado brasileiro se refere às minorias de maneira verticalizada, afirmando que estas deverão se curvar à maioria, ele subalterniza essas existências, colocando-as como inferiores. Aqui faz-se pertinente um diálogo entre a necropolítica, de Mbembe (2018), e a zona do não ser, de Frantz Fanon (2008), pois ao inferiorizar minorias, o estado as coloca em uma situação de invisibilidade (zona de não ser), trazendo para si não a missão de cuidar, mas de gerir a morte dessas pessoas, já que elas “devem” morrer (necropolítica).

### 3. *Necropolítica bolsonarista: as vidas que (não) importam e a zona do (não) ser*

A lógica colonizadora, que perpassa todos os âmbitos da vida daquelas vidas consideradas subalternas, faz com que os corpos do(a) negro(a), pobre, LBTQIAP+, periférico, é socialmente ligado à inferioridade, ao erro. Uma abordagem fortemente racista e lombrosiana. Essa lógica dialoga diretamente com Achille Mbembe (2018), quando ele argumenta que a necropolítica é uma maneira



de terror específica, baseada na fragmentação territorial, impedindo a expansão de certos grupos étnicos ao passo em que outros crescem de maneira desenfreada. O caso que ficou conhecido como o genocídio Yanomami exemplifica como o estado brasileiro geria a morte de certos grupos étnicos (G1, 2023):

## Líder Yanomami diz ter enviado cerca de 60 pedidos de ajuda ao governo Bolsonaro e não obteve resposta

Em entrevista ao "Estúdio i", da GloboNews, Junior Hekurari denunciou omissão do governo passado e relatou a situação crítica que as comunidades da Terra Yanomami estão passando.

Por g1

24/01/2023 16h31 · Atualizado há 7 meses



Fonte: G1 (2023)

Como abordado no tópico anterior, o colonialismo traz consequências práticas devastadoras às vidas subalternizadas. Nesse sentido, Almeida (2019) evidencia que o racismo é um processo político, um processo sistêmico que influencia a organização da sociedade, ou seja, depende de poder político. Se assim não fosse, seria impossível a discriminação sistemática de grupos sociais inteiros. Há 20 anos, o então parlamentar e futuro maior representante da extrema direita fascista brasileira no início do século XXI, já demonstrava o seu pensamento (Congresso em foco, 2019):



**EM DISCURSO,  
BOLSONARO APOIOU  
GRUPO DE  
EXTERMÍNIO QUE  
COBRAVA R\$ 50 PARA  
MATAR JOVENS DA  
PERIFERIA**

CONGRESSO EM FOCO

13.10.2018 09:42 · 107



Fonte: Páginas da Web (2023)

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.28, n.02, e7986, Jul./Dez. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v28i02.7986>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Sob uma perspectiva racializada, Fanon (2008 *apud* HUDIS, 2020) diz que o negro experimenta a “zona do não ser”, pois há uma negação de sua própria humanidade pelo colonizador. Nas palavras dele, “uma região extraordinariamente estéril e árida, uma rampa essencialmente despojada, onde um autêntico ressurgimento pode acontecer”. O colonizador fixa o seu olhar não na pessoa real, mas em uma imagem reificada que a obscurece. Nesta dinâmica, o negro, para o colonizador, se torna realmente nada.

#### 4. Biopolítica e Biopoder

Sobre o controle do estado sobre todos os aspectos da vida do indivíduo através do poder, Michel Foucault (2012) traz os conceitos de biopolítica e biopoder:

Tudo isso começou a ser descoberto no século XVIII. Percebe-se, conseqüentemente, que a relação do poder com o sujeito, ou melhor com o indivíduo, não deve ser simplesmente essa forma de sujeição que permite ao poder tomar dos sujeitos bens, riquezas e, eventualmente, seu corpo e seu sangue, mas que o poder deve exercer-se sobre os indivíduos, uma vez que eles constituem uma espécie de entidade biológica que deve ser levada em consideração, se queremos, precisamente, utilizar essa população como máquina para produzir, para produzir riquezas, bens, para produzir outros indivíduos. O descobrimento da população é, ao mesmo tempo que o descobrimento do indivíduo e do corpo adestrável, o outro núcleo tecnológico em torno do qual os procedimentos políticos do ocidente se transformaram.

Durante o período bolsonarista, podemos afirmar que o aparato estatal se utilizou de todos os artifícios disponíveis para reafirmar essa lógica médico-higienista, há muito defendida por intelectuais como Belisário Penna e Oliveira Vianna. Desde os discursos eleitoreiros recheados de conservadorismo e conteúdos fascistas até o desmonte de políticas públicas voltadas às minorias. Exemplificando este debate, a MP (Medida Provisória) 870/19, assinada pelo então presidente Bolsonaro que exclui a população LGBT da lista de políticas e diretrizes destinadas à promoção dos direitos humanos (O Globo, 2019):

BRASIL · RADAR

### Medida Provisória assinada por Bolsonaro não explicita diretrizes para população LGBTI

Outro decreto, também publicado quarta-feira, institui nesta promoção dos direitos da população uma carga de diretório subordinada à Secretaria Nacional de Proteção Global, o que representa perda de status em relação ao tratamento dado anteriormente

Luisa Queiroga  
01/02/2019 - 18h08 / Atualizado em 01/03/2019 - 08h27



Parada do Orgulho LGBT em Copacabana em 2018 Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

Fonte: O GLOBO (2019)

TexTos e DebaTes, Boa Vista, vol.28, n.02, e7986, Jul./Dez. 2022.

DOI: <https://doi.org/10.18227/2317-1448ted.v28i02.7986>

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/>

ISSN: 2317-1448



Este obra está licenciado com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Esse tipo de violência legalizada, cometida pelo próprio estado brasileiro, direcionada a grupos específicos e sem nenhuma justificativa que não se baseie em um conservadorismo doentio, expressa um olhar colonizador, que se manifesta especificamente através do gênero. Nesse aspecto, Lugones (2019) explica que o pensamento colonizador interpreta o homem como o ser perfeito; a fêmea, a inversão e a deformação do macho; e tudo aquilo que foge a este padrão completamente binário, como aberrações que distorciam a perfeição masculina.

Neste momento, faz-se pertinente um diálogo com o biopoder, de Michel Foucault (2000), quando o autor explica que naquela que o mesmo nomeia de “sociedade do poder”, os indivíduos estão sempre sob o controle do estado, onde o biopoder se expressa através de dispositivos institucionais, técnicas e políticas que visam regular e normalizar comportamentos, padrões de saúde e de vida, indo, portanto, para além do controle do indivíduo, mas podendo controlar toda uma sociedade, geralmente sob a justificativa do bem-estar coletivo.

Sobre como esse conceito pode ser averiguado em políticas do governo Bolsonaro, UOL (2023):

Advogada: Dossiê sobre  
pessoas trans mostra  
retrocesso na gestão  
Bolsonaro



Colaboração para o UOL, em São Paulo  
26/01/2023 19h40  
Atualizada em 26/01/2023 21h04

Fonte: UOL (2023)

Vemos, portanto, como a política que vigorou no Brasil mais acentuadamente de 2018 a 2022 foi, de fato, assassina. E, conforme desenvolvido durante os tópicos, até se transformar em política pública de fato, o discurso bolsonarista bebe de muitas fontes diferentes. Desde o discurso



biologizante até o conservadorismo com base em dogmas religiosos, o controle disfarçado de liberdade que a extrema direita começou a implementar no Brasil deixou rastros de sangue e milhares de mortes, tudo em nome da “correção” de indivíduos os quais não necessitam da mesma.

##### 5. *O indivíduo a ser corrigido: ignorância conservadora institucionalizada*

Dentre as muitas (e péssimas) características do governo Bolsonaro, uma que merece destaque é a sua completa aversão ao público LBTQIAP+. Durante os anos onde o líder da extrema direita brasileira esteve no poder, absurdos completos como “cura gay” foram pautas de debates. A ala mais conservadora do seu eleitorado, representada na câmara pela chamada bancada da bíblia, absorveu o discurso patologizante. Esse fenômeno de cunho religioso e fascista de tentativa de corrigir o incorrigível nos lembra a definição do indivíduo incorrigível, de FOUCAULT (2001, p. ?):

O que define o indivíduo a ser corrigido, portanto, é que ele é incorrigível. E, no entanto, paradoxalmente, o incorrigível, na medida em que é incorrigível, requer um certo número de intervenções específicas em torno de si, de sobre intervenções em relação as técnicas familiares e corriqueiras de educação e correção, isto é, uma nova tecnologia da reeducação, da sobrecorreção. De modo que vocês veem desenhar-se em torno desse indivíduo a ser corrigido uma espécie de jogo entre a incorrigibilidade e a corrigibilidade.

A lógica do conservadorismo bolsonarista era a busca por corrigir aquele que não é corrigível e nem precisa sê-lo. Tomando por base essa ideia de correção, o governo passou a atacar os direitos das pessoas LBTQIAP+ de maneira desenfreada. O PL (Projeto de Lei) 4893/2020, por exemplo, tipifica como crime a conduta de quem, em escolas da rede municipal, estadual e federal, adote, divulgue, realize ou organize política de ensino, currículo escolar, disciplina obrigatória, complementar ou facultativa ou ainda atividades culturais que tenham como conteúdo a “ideologia de gênero”, Instituto Matizes (2022).

Foucault (2001), ao diferenciar o monstro do indivíduo a ser corrigido, pontua que este aparece em muito maior número que aquele. Essa informação dá uma pista do quão grande pode ser nocivo à sociedade esse conservadorismo irracional defendido pelo bolsonarismo. O indivíduo a ser corrigido é regra na sociedade. Diferentemente da última onda do militarismo brasileiro, na década de 60, que lutava contra o “fantasma do comunismo”, a atual, encabeçada por Bolsonaro, luta com inúmeros fantasmas. E a “ideologia de gênero” é um deles.



A correção moral que o bolsonarismo tenta impor através do seu viés religioso não passa de um discurso vazio e ignorante. É a tentativa de definir um ser humano a partir única e exclusivamente da sua biologia. Nesse sentido, vale trazer à discussão Judith Butler (2008):

Gêneros “inteligíveis” são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas leis que buscam estabelecer linhas causais e expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual.

Não é possível, portanto, medir o ser humano com uma régua ideológica de modo que faça ele caber dentro do seu moralismo. O ser humano é um animal complexo e discutir o seu modo de ser e performar no mundo vai muito além de um órgão. Em um claro diálogo com Foucault, Butler (2008) explica que a identidade de gênero não é posterior à identidade, pois as pessoas só passam a possuir uma identidade quando estas apresentam um gênero que está de acordo com padrões estabelecidos socialmente.

## 6. Resultados

Como resultado do presente trabalho, destacamos a verificação de que os conceitos explicados no corpo do artigo se relacionam diretamente com a realidade estudada no período, através de leis e dados. Trazendo à baila o conceito de necropolítica, de Achille Mbembe, onde o autor explica que esta é uma forma de terrorismo, onde se impede o crescimento de determinados grupos étnicos, faz-se impossível não relacionar à política do governo Bolsonaro quanto ao genocídio yanomami e até à frase que o próprio popularizou: “bandido bom é bandido morto”.

Biopolítica e biopoder, ambos conceitos de Michel Foucault, também foram relacionados à realidade vivida entre 2018 e 2022. Como um modo de controle estatal sobre o indivíduo, a biopolítica tem por objetivo gerir o ser social de acordo com suas características, de modo a controlá-lo desde a sua concepção até o dia de sua morte. O que fez o governo bolsonarista durante o seu período de governança se não espalhar a semente do falso moralismo na tentativa de controlar principalmente pessoas LGBTQIAP+?

Por fim, tomando como impulsionador do debate o conceito de indivíduo a ser corrigido, de Michel Foucault, e a sua averiguação na realidade dos brasileiros no período analisado. A navalha do



conservadorismo sempre esteve amolada e à espera de uma só oportunidade para ceifar qualquer “desvio” que seja da pessoa que não se enquadrasse no modelo de cidadão que o governo considerava ideal. A violência contra pessoas trans foi o exemplo mais fiel de como é nocivo (ou até mortal) ser o indivíduo a ser corrigido.

### 7. *Considerações Finais*

O presente estudo trouxe como objetivo geral a analisar, através de uma perspectiva decolonial, e discutir conceitos como a necropolítica, de Mbembe; biopolítica e biopoder, de Foucault, dentre outros, com a política discursada e implementada pelo governo de Bolsonaro, de 2018 a 2022. Para isso, relacionamos ao longo do referencial teórico políticas do governo Bolsonaro com os conceitos inicialmente citados, deixando claro como teoria e prática se alinham.

Através do debate exposto nessa pesquisa, conseguimos compreender a relevância em evidenciar tópicos como estes, para que tenhamos a noção de que a política de morte praticada nos últimos anos não nasce fortuitamente, mas tem um método. Percebemos então, que o governo Bolsonaro, trouxe à materialidade do cotidiano conceitos discutidos há décadas, de maneira que as atitudes do Estado brasileiro no período estudado mais pareciam propositadamente feitas para exemplificar os conceitos teóricos dos autores estudados.

Sabemos que uma sociedade que vive sem politização e consciência (notadamente a de classe), dificilmente consegue livrar-se do pensamento colonializado que por séculos foi impregnado em seu povo. A expansão da influência cultural dos EUA torna ainda mais grave essa realidade. A discussão sobre o modos-operandi fascista brasileiro e os conceitos os quais ele põe em prática é urgente.

Sendo assim, o trabalho buscou evidenciar uma reflexão relevante acerca dos temas propostos, mostrando a necessidade de um debate mais profundo na academia e, principalmente, fora dela. Para que a maior parcela possível da sociedade entenda que o fantasma do fascismo jamais desaparece da nossa realidade. Quanto mais profundamente entendemos as relações sociais, menos riscos corremos de cair nas mãos de um governo autoritário e sanguinário como o que se viu há pouco no Brasil.

Com isso, a pesquisa serve como base para trabalhos futuros que visem analisar as questões abordadas aqui. Uma sugestão pode ser a aplicabilidade desses pontos em uma pesquisa empírica, no



qual pode ser executada em contato direto com o público mencionado, que vivencia na pele as dificuldades aqui demonstradas.

## 8. Referências

- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural: Feminismos plurais**. 1 ed. São Paulo: Pólen, 2019. 26p.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**; Trad. Renato Aguiar. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CALDEIRA NETO, Odilon. O neofascismo no Brasil, do local ao global? **Esboços**, Florianópolis, v. 29, n. 52, p. 599-619, set./dez. 2022.
- CAZUZA. **O tempo não para**. Intérprete: Cazuza. Compositores: Cazuza e Arnaldo Brandão. Álbum: Ideologia. Gravadora: Polygram, 1988. Formato: 1 CD.
- Congresso em Foco. “Em discurso, Bolsonaro apoiou grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens da periferia”. **Congresso em Foco**, 13 out 2018. Disponível em: <https://bit.ly/2CdOls3>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FOUCAULT, M. **Ditos e escritos volume IV: estratégia, poder saber**. 3a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Trad. De Maria E. Galvão. SP: Martins Fontes, 2000, p. 288-289.
- FOUCAULT, Michel. **Os anormais**. 1 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 479.
- G1 Roraima. **O líder Yanomami invejou cerca de 60 pedidos de ajuda ao governo Bolsonaro e não obteve resposta**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2023/01/24/lider-yanomami-enviou-cerca-de-60-pedidos-de-ajuda-ao-governo-bolsonaro-e-nao-obteve-resposta.ghtml> . Acesso em: 04/09/2023.
- Instituto Matizes. **LGBTI+: entenda o desmonte nas políticas no governo Bolsonaro**. Disponível em: <https://institutomatizes.com.br/lgbti-entenda-o-desmonte-nas-politicas-no-governo-bolsonaro/> . Acesso em: 25/07/2023.
- LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista hoje: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.



MALDONADO-TORRES, Nelson. A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento. Modernidade, império e decolonialidade. In SANTOS, B. De S; MENESES, M. P. (Orgs.), **Epistemologias do Sul**, p. 337-382. Coimbra: Almedina. 2009.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1 edições, 2018. 80 p.

**Microfísica do poder**; tradução de Roberto Machado. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

PAIM, E. A.; ARAÚJO, H. M. M. Memórias outras, patrimônios outros, e decolonialidades: Contribuições teórico-metodológicas para o estudo de história da África e dos afrodescendentes e de história dos Indígenas no Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, [S. l.], v. 26, p. 92, 2018. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/3543>. Acesso em: 12, julho de 2023.

QUEIROGA, Luísa. **Medida Provisória assinada por Bolsonaro não explicita diretrizes para população LGBTI**. 2023. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/medida-provisoria-assinada-por-bolsonaro-nao-explicita-diretrizes-para-populacao-lgbti-23341254>. Acesso em: 04/09/2023.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI; UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

UOL Notícias. UOL News **Noite - 26 de janeiro de 2023**. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/26/uol-news-noite-26-de-janeiro.htm>. Acesso em: 26/07/2023.

WALSH, C. Lo pedagógico y lodecolonial: entretejiendo caminos. In C. Walsh (Org.) **Pedagogías decoloniales: Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir** (Tomo I; pp. 23-68). Quito: Adicione Abya-Yala, 2013.

Artigo submetido em 05/11/2022, aceito em 01/12/2022 e publicado em 10/12/2022.

